

CADERNOS  
**PROARQ 37 v.1**

CAMILLA MAGALHÃES CARNEIRO E ÍTALO ITAMAR CAIXEIRO STEPHAN

## Planejamento e gestão urbana em municípios pouco populosos: o ponto fora da curva de Rio Doce-MG

*Urban planning and management in low populated municipalities: the point outside the curve of Rio Doce-MG*

### **Camilla Magalhães Carneiro**

Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da Rede Doctum de Ensino. Atua na graduação em disciplinas de projeto, urbanismo e patrimônio cultural.

*Professor of the Architecture and Urbanism course at Rede Doctum de Ensino. Works in undergraduate courses in design, urbanismo and cultural heritage disciplines.*

camillacarneiro.arq@gmail.com

### **Ítalo Itamar Caixeiro Stephan**

Professor Associado do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Viçosa (DAU/UFV). Atua na graduação em disciplinas de projeto, preservação e ética; na pós-graduação na disciplina Planejamento Urbano no Brasil, perspectivas e desafios.

*Associate Professor at the Department of Architecture and Urban Planning at the Federal University of Viçosa (DAU / UFV). Professor at the undergraduate courses in design, preservation, and ethics and in the postgraduate course in Urban Planning in Brazil, perspectives and challenges.*

italostephan@gmail.com

## Resumo

As pequenas cidades do Brasil enfrentam muitos obstáculos em relação ao planejamento e à gestão urbana. É necessário pensar em alternativas que auxiliem seu desenvolvimento urbano. Este trabalho se iniciou com uma pesquisa relacionada a algumas pequenas cidades da Bacia Hidrográfica do Rio Piranga, que mostrou que Rio Doce é o município que apresenta melhores práticas e políticas urbanas. A partir disso, surgiu o interesse por identificar ações bem-sucedidas no município e que pudessem auxiliar outras pequenas cidades nesse sentido. Para alcançar o objetivo, este trabalho utilizou-se de pesquisa bibliográfica, identificação de base documental sobre o município de Rio Doce, levantamento de dados do município in loco e realização de entrevista semiestruturada com um ex-prefeito. A pesquisa mostrou que o entendimento e a divulgação de boas práticas são importantes, pois pode orientar a elaboração e a aplicação de práticas e políticas adequadas para cada local. Nesse sentido, pode-se destacar alguns pontos da política urbana de Rio Doce, como investimentos em capacitação técnica, formulação de legislações urbanísticas adequadas para cada local, incentivo à participação popular nas decisões do município, dentre outros. c

**Palavras-chave:** Pequenas cidades. Planejamento e gestão urbana. Rio Doce-MG.

## Abstract

*Small towns in Brazil face many obstacles in relation to urban planning and management. It is necessary to think of alternatives that help its urban development. This work started with a research related to some small towns in the Piranga River Hydrographic Basin, which showed that Rio Doce is the town that presents best urban practices and policies. From this, it emerged the interest to identify successful actions in the town and that could help other small cities in this regard. To achieve the objective of this work, bibliographic research was used, identification of the documentary basis about the municipality of Rio Doce, survey of data from the municipality in loco and conducting semi-structured interviews with a former mayor. Research has shown that understanding and disseminating good practices is important, as it can guide the design and application of appropriate practices and policies for each location. In this sense, it is possible to highlight some points of Rio Doce's urban policy, such as investments in technical training, formulation of appropriate urban legislation for each location, encouraging popular participation in the decisions of the town, among others.*

**Keywords:** Small towns. Urban planning and management. Rio Doce-MG..

## Resumen

*Las pequeñas ciudades de Brasil enfrentan muchos obstáculos en relación con la planificación y la gestión urbanas. Es necesario pensar en alternativas que ayuden a su desarrollo urbano. Este trabajo comenzó con una investigación relacionada con algunos pequeños pueblos de la Cuenca Hidrográfica del Rio Piranga, que mostró que Rio Doce es el municipio que presenta las mejores prácticas y políticas urbanas. De ahí, surgió el interés en identificar acciones exitosas en el municipio que podrían ayudar a otros pueblos pequeños en este sentido. Para alcanzar el objetivo de este trabajo, fue utilizada la investigación bibliográfica, la identificación de bases documentales sobre la ciudad de Rio Doce, la recolección de datos de la ciudad in loco y una entrevista semiestructurada con un ex alcalde. La investigación mostró que la comprensión y difusión de buenas prácticas son importantes, ya que puede orientar el desarrollo y la aplicación de prácticas y políticas adecuadas para cada sitio. En este sentido, pueden destacarse algunos puntos de la política urbana en Rio Doce, como las inversiones en capacitación técnica, la formulación de legislación urbanística adecuada para cada localidad, el incentivo a la participación popular en las decisiones municipales, entre otros.*

**Palabras clave:** Pequeños pueblos. Planificación y gestión urbanística. Rio Doce-MG.

## Introdução

Este trabalho tem como ponto de partida um estudo feito sobre o planejamento e a gestão urbana em pequenas cidades da Bacia Hidrográfica do Rio Piranga. No estudo, foram identificadas algumas dificuldades que impedem o desenvolvimento urbano dos municípios, como a escassez de recursos financeiros, humanos e, na maioria das vezes, problemas relacionados a interesses políticos. Nesse contexto, o município de Rio Doce apresentou melhores práticas e políticas de desenvolvimento urbano. Em 2010, o município possuía apenas 2.465 habitantes e tinha uma população estimada para 2020 de 2.620 habitantes (IBGE, 2017). Apesar do reduzido número, algumas estratégias adotadas em relação ao planejamento e à gestão urbana surtiram efeitos positivos.

Isso despertou o interesse em compreender os fatores decisivos para que uma pequena cidade consiga se desenvolver em políticas urbanas, contrariando o que se observa na maioria das pequenas cidades: a ausência dessas políticas e as dificuldades na sua aplicação e fiscalização. É importante ressaltar que estudos como este, sobre as pequenas cidades, ganham cada vez mais espaço no meio acadêmico. Para Lacerda (2016, p. 96) isso pode estar relacionado ao grande número dessas cidades e à expansão da interiorização do ensino superior. Tal fator faria com que estudiosos buscassem entender melhor o tema.

Ângela Maria Endlich (2018), em um de seus estudos, mostra como o assunto deve ser tratado com cuidado. A autora identificou que os municípios demograficamente pequenos a cada dia ficam menores, mostrando que 24,8% deles tiveram declínio demográfico. “Em um estado centralizador como o Brasil, no qual a União aparece como a grande concentradora de receitas públicas, são esses municípios menores que aparecem em uma matemática financeira do território tratados como inviáveis” (ENDLICH, 2018, p. 111). Isso mostra que é importante voltar o olhar para essas localidades, pensando na escala municipal.

Levando os fatores citados em consideração, este trabalho teve como objetivo identificar experiências que possam auxiliar pequenas cidades no seu desenvolvimento, considerando as práticas e políticas urbanas adotadas em Rio Doce.

Esta pesquisa caracteriza-se, quanto ao seu objetivo, como exploratório-descritiva<sup>1</sup>. O seu desenvolvimento aconteceu conforme o seguinte processo metodológico:

- Pesquisa bibliográfica sobre os temas: planejamento intermunicipal, planejamento urbano, gestão urbana e pequenas cidades.
- Identificação de base documental relativa ao município de Rio Doce-MG, como leis relacionadas a planejamento e gestão urbanos, mapas e dados de instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- Levantamento de dados e observações *in loco* (como informações sobre a estrutura física da cidade e seu desenvolvimento territorial, além de informações sobre a gestão municipal e principais dificuldades enfrentadas, setores da prefeitura responsáveis pelo planejamento urbano e dados de associação a consórcios existentes), por meio de entrevista semiestruturada com uma pessoa ligada à gestão municipal e de levantamento fotográfico.
- Levantamento de informações do município no site da prefeitura e em outros sites institucionais.
- Análise dos dados levantados, de forma qualitativa.

<sup>1</sup> Para Gil (2008, p. 27-28), “as pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato” e as pesquisas descritivas objetivam a “descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Ao seguir a metodologia adotada para cumprir o objetivo proposto, este estudo pode contribuir para o entendimento de alguns dos problemas existentes nas pequenas cidades, além de despertar o interesse pela busca de alternativas viáveis em relação a políticas públicas.

## Pequenas cidades

Antes de adentrar em questões específicas do município de Rio Doce-MG, é necessário apresentar uma pesquisa bibliográfica que subsidie o entendimento das questões que serão tratadas. Dessa forma, inicia-se a discussão com autores como Endlich (2006), Lacerda (2016) e Corrêa (2011), que tratam do tema “pequenas cidades”, de forma a buscar um conceito para defini-las e, assim, possibilitar um melhor entendimento sobre suas dinâmicas econômicas, sociais e espaciais. Esse é um tema complexo, que exige levar em consideração algumas variáveis, não sendo possível classificar esses locais a partir da análise de um único critério. Procura-se, neste tópico, expor a visão de autores acerca do tema, a fim de proporcionar uma base teórica para o desenvolvimento deste trabalho.

O termo “cidade pequena” não é adotado por todos os estudiosos da área. Seu uso não se restringe à comunidade acadêmica, sendo utilizado também pelo senso comum e pelo Estado (SPOSITO; JURADO DA SILVA, 2013). Isso faz com que se precise recorrer a diferentes pontos de vista, que levam diferentes fatores em consideração.

***Empregada amplamente pela mídia e pelos leigos, a ideia de “cidade pequena” ganha uma conotação muitas vezes vaga e seu sentido geográfico é perdido, distorcido ou mesmo negligenciado. Por isso, em muitos casos, diz-se que tais locais são pacatos e seguros, polos de recepção de idosos e com altíssimo nível de qualidade de vida, sem ao menos se realizar uma investigação acurada para provar ou não tais afirmações. (SPOSITO; JURADO DA SILVA, 2013, p. 20).***

Para este estudo, recorre-se à Endlich (2006) que, em seu livro “Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná”, destaca a necessidade de aperfeiçoar o conceito de “cidade”. Segundo a autora, as cidades, para assim serem classificadas, precisam apresentar alguns requisitos, ainda que com patamares mínimos. Tais requisitos estariam associados não só a uma aglomeração espacial de pessoas, “mas ao grau de acessibilidade e demanda destas em uma economia de mercado”. (ENDLICH, 2006, p. 87).

Ao citar alguns requisitos para a atribuição do termo “cidade”, Endlich (2006) reconhece que a realidade urbana deve ser compreendida considerando suas contradições, pois o processo de urbanização se materializou de diferentes maneiras. Para a autora, para referir-se a uma cidade como pequena, é preciso estabelecer comparações com outras cidades, além de levar em conta a variabilidade do fenômeno, pois critérios que classificam uma cidade como pequena em um determinado contexto podem classificá-la como média em outro contexto. Sposito e Jurado da Silva (2013) também entendem que o estudo das pequenas cidades envolve comparação, pois, segundo eles, a cidade pequena não deve ser analisada isoladamente. “Trata-se de uma construção social e coletiva, além de uma elaboração teórica e prática de membros da comunidade científica, a qual produz reflexões analíticas, algo consensual e/ou reconhecido/negado para a compreensão do urbano e da estruturação da sociedade”. (SPOSITO e JURADO DA SILVA, p. 17, 2013).

Outros autores ampliam a discussão sobre pequenas cidades. Para Corrêa (2011), a pequena cidade é, antes de tudo, “um núcleo dotado da função de sede municipal”,

na qual o padrão dominante está ligado à função político-administrativa. A pequena cidade não abrangeria outras funções básicas à sobrevivência dos seus habitantes, que precisariam recorrer a outros locais para a obtenção de serviços. É essa relação de dependência que Sposito e Jurado da Silva (2013) sugerem existir entre as pequenas cidades e os centros maiores. Para os autores, mesmo estando bem localizadas, as cidades pequenas podem não se desenvolver ao ponto de oferecer tais serviços devido ao seu crescimento diretamente influenciado pelos centros maiores. Assim, as pequenas cidades ficariam constantemente dependentes, ocupando sempre o mesmo lugar inferior na rede urbana.

Moreira Júnior (2009) também afirma que as pequenas cidades ficam dependentes dos centros urbanos de maior porte. Segundo o autor, elas desempenham um papel reduzido na rede urbana e sua relação é maior com o campo. Constatações como essa fizeram com que Moreira Júnior (2009), intrigado pelas dinâmicas que envolvem essas cidades e sua relação com a rede urbana em que estão inseridas, sugerisse que, para estudar as pequenas cidades, é preciso considerar aspectos qualitativos. Afinal de contas, para o entendimento desses locais, é preciso compreender “do sítio e da situação, à análise da rede urbana, ao papel e ao significado do núcleo urbano face às contradições do capitalismo e à divisão territorial do trabalho”. (SPOSITO e JURADO DA SILVA, p. 40, 2013).

Em meio a discussões que buscam significados para o conceito de “pequenas cidades”, Santos (1979, p. 70) estabeleceu o conceito de “cidade local”, correspondente à dimensão mínima na qual as necessidades inadiáveis da população seriam servidas. Para o autor, cidades que não atingissem uma complexidade mínima seriam “pseudocidades” ou “cidades de subsistência”, – aquelas ligadas, geralmente, a um só tipo de atividade (em geral, atividades primárias) – ou aquelas chamadas de cidades-dormitório. Para Bacelar (2012, p.95), as localidades com menos de 10.000 habitantes só seriam consideradas cidades por uma questão de coerência, ligada à Constituição de 1988 e ao pacto federativo por ela proposto. Souza (2015, p. 201-202) complementa a discussão quando classifica a escala local como “a cidade”. E completa:

***A escala local propriamente dita se refere a recortes espaciais que, em graus variáveis, de acordo com o seu tamanho, expressam a possibilidade de uma vivência pessoal intensa do espaço, para além do nível ‘nano’ – e, adicionalmente, a possibilidade de formação de identidades socioespaciais bastante particulares sobre a base dessa vivência.***

Entretanto, é preciso ter cuidado ao classificar certo espaço geográfico como centro local. Para Tânia Maria Fresca (2010), os termos “pequenas cidades” e “centros locais” têm sido utilizados de forma errada (como sinônimos). Fresca (2010, p.77), então, define centro local: “a denominação centro local refere-se ao menor escalão das cidades no Brasil [...], considera o papel dos centros urbanos de uma rede na distribuição de bens e serviços”. A autora faz uma ressalva, quando reconhece que existem algumas cidades que extrapolam o nível mínimo, mas que continuam sendo pequenas. Para essas cidades que não são locais, Fresca admite a expressão “pequenas cidades”.

Por outro lado, segundo o IBGE, em seus estudos sobre as Regiões de Influência das Cidades (REGIC), centros locais correspondem às cidades “cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes e têm população predominantemente inferior a 10 mil habitantes (média de 8.133 habitantes)” (IBGE, 2008). Em 2007, no Brasil, havia 4.473 centros locais (IBGE, 2008).

Souza (2015, p. 201-202) discorre sobre os centros locais, pautado na questão administrativa. Sobre isso, dentre outras coisas, o autor cita a maior proximidade física entre os cidadãos e a sede do poder estatal, ao mesmo tempo em que tal proximidade

pode, algumas vezes, ser “politicamente muito enganosa” e “objeto de manipulação ideológica”.

Apesar das pequenas cidades (e centros locais) serem conhecidos como lugares pacatos e referência de qualidade de vida, o que se percebe na maioria das vezes são cenários de conflitos. A ausência de planejamento urbano é um fator a ser considerado. Aragão e Souza (2017) respaldam essa afirmativa ao relacionar a suscetibilidade a conflitos ao – na maioria das vezes – inexistente planejamento socioambiental, sendo que essas cidades não são dotadas de orientação e preocupação nesse sentido. A esse processo, acrescentam-se as modificações na sua morfologia, sendo que elas recebem “formas, objetos, conteúdos e problemas – violência, drogas, pressão imobiliária – até então exclusivos de núcleos maiores” (HENRIQUE, 2010, p.47).

Outros problemas são enfrentados nas pequenas cidades. Segundo Moreira Júnior (2009), nas pequenas cidades é ainda mais acentuada a exclusão de uma parcela da população. Isso se dá devido ao tamanho territorial dessas cidades, o que implica em uma série de processos de ordem econômica, política e social. Assim, Moreira Júnior (2009) nomeia esses locais como “cidades dos excluídos”, ao se referir sobre os habitantes desses locais que pouco podem usufruir de seus direitos básicos. Os procedimentos mais complexos de atendimento à saúde e o transporte coletivo são alguns desses problemas.

Corrêa (2011) cita alguns fatores históricos que influenciaram as dinâmicas das pequenas cidades e as consequências disso em um contexto posterior. Esses fatores dão início ao entendimento de alguns dos conflitos que as pequenas cidades enfrentam. Dentre eles, o autor realça o desenvolvimento da indústria, que demandou novas matérias-primas. A cidade passou a atrair a população do campo, esta seduzida pela oferta de empregos e pela oportunidade de conseguir melhor qualidade de vida. Para o autor, a migração rural-urbana é um importante ponto a ser retomado no estudo das pequenas cidades. Isso porque, ainda segundo o autor, os impactos foram duplos: ao mesmo tempo em que a comunicação com os grandes centros foi facilitada, esses locais se tornaram mais excluídos, à medida que o novo espaço de fluxos lhe atribuiu uma importância menor (CORRÊA, 2011).

Considerando o estudo apresentado neste tópico, é necessário admitir a pertinência do uso do termo “centro local”, uma vez que o objeto deste estudo é formado por locais que se encaixam em sua definição colocada por Fresca (2010): o menor escalão das cidades no Brasil. Apesar de se admitir “centro local” como o termo mais adequado para este trabalho, a discussão será articulada utilizando-se do termo “pequena cidade”.

Além disso, entende-se que há uma série de fatores que dificultam o desenvolvimento social e econômico desses locais. Partindo-se desse entendimento, busca-se compreender questões relacionadas ao planejamento e à gestão urbana de Rio Doce, município mineiro de com população estimada de 2.620 habitantes (IBGE, 2017), localizado na região geográfica imediata de Ponte Nova.

## Rio Doce: planejamento e gestão do município

Rio Doce [Figuras 1 e 2] é um município localizado na região geográfica imediata de Ponte Nova e na região geográfica intermediária de Juiz de Fora. Seu território se delimita com os municípios de Sem-Peixe, Dom Silvério, Barra Longa, Ponte Nova e Santa Cruz do Escalvado. O município é banhado pelo Rio Doce, que é formado pela junção do Rio Carmo (que corta Barra Longa) com o Rio Piranga (que corta Ponte Nova).



FIGURA 1 – Localização do município de Rio Doce em Minas Gerais

Fonte: Acervo pessoal dos autores, 2019



FIGURA 2 – Vista aérea de Rio Doce

Fonte: Prefeitura Municipal de Rio Doce, 2019.

Sua área urbana está localizada em um vale, muito próxima ao Rio Doce [Figura 3]. É uma cidade que usufrui dos benefícios de um planejamento urbano consistente. Sua expansão urbana segue rigorosamente o que foi previsto por técnicos.

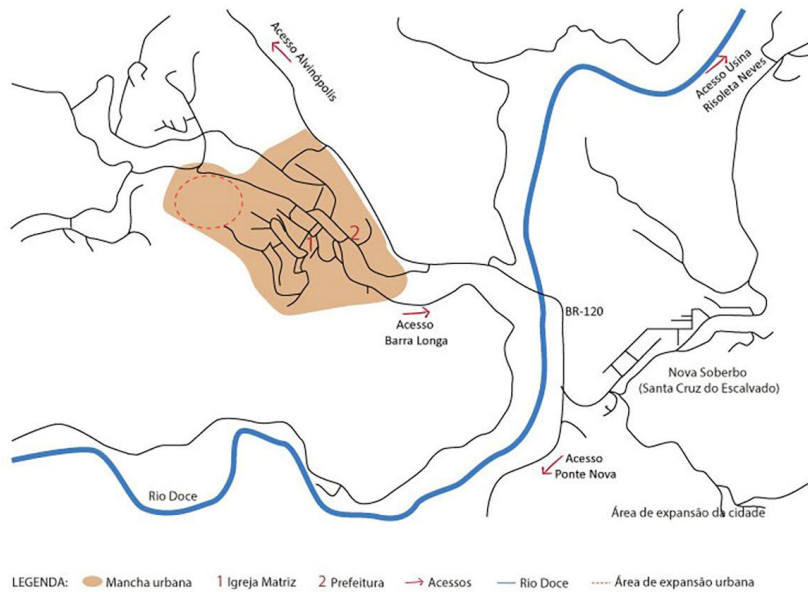


FIGURA 3 – Mapa esquemático de Rio Doce-MG.

Fonte: Acervo pessoal dos autores, 2019

Segundo dados do Atlas Brasil (2020), a população total de Rio Doce cresceu, entre 2000 e 2010, a uma taxa anual de 0,62%, enquanto no Brasil foi de 1,17%, no mesmo período. A taxa de urbanização no município passou de 59,19% para 67,06% nesse período [Quadro 1]. Segundo o IBGE, a população estimada para o município em 2020 era de 2.620 habitantes.



QUADRO 1 - Evolução da população de Rio Doce-MG entre os anos de 2000 e 2010, em número de habitantes.

Fonte: Atlas Brasil, 2020.

Ano	População urbana	População rural	População total
1991	1.283	1.346	2.629
2000	1.372	946	2.318
2010	1.653	812	2.465
2020 (estimativa)	-	-	2.620

Além disso, a população de Rio Doce está em um processo de envelhecimento, como mostrado nas Figuras [4, 5 e 6]. Isso mostra que Rio Doce acompanha uma tendência nacional.

FIGURA 4 - Pirâmide etária de Rio Doce-MG (1991).

Fonte: Atlas Brasil, 2020.

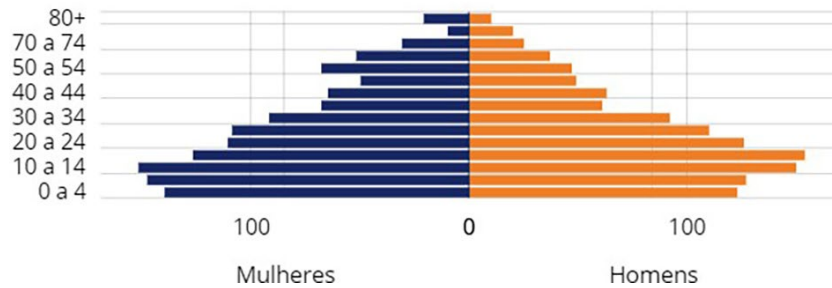


FIGURA 5 - Pirâmide etária de Rio Doce-MG (2000).

Fonte: Atlas Brasil, 2020.

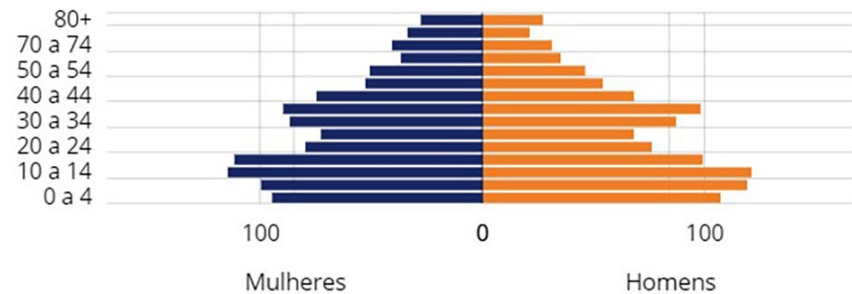
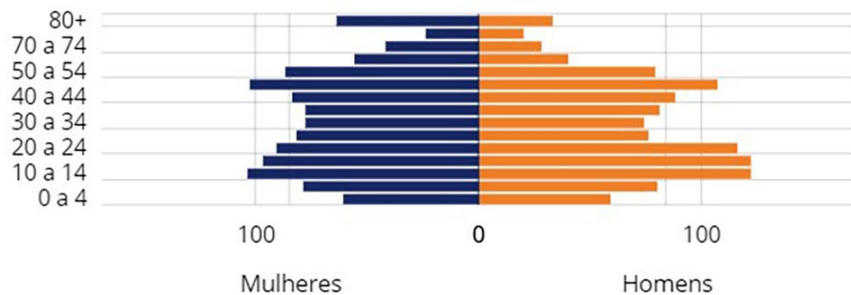


FIGURA 6 - P Pirâmide etária de Rio Doce-MG (2010).

Fonte: Atlas Brasil, 2020.



Em relação à economia, segundo o IBGE (2017), a principal atividade do município estava ligada ao setor de serviços, incluindo administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social. Seguido ao setor de serviços, está a agropecuária e, logo após, a indústria.

Para entender melhor o desenvolvimento econômico e social de Rio Doce em relação aos seus municípios limítrofes, foi feita uma comparação de IDH<sup>2</sup>, PIB<sup>3</sup> per capita e número de habitantes [Quadro 2].

QUADRO 2 - Indicadores econômicos e sociais.

Fonte: Acervo dos autores, produzido com dados do IBGE.

	Rio Doce	Barra Longa	Santa Cruz do Escalvado	Dom Silvério	Sem-Peixe	Ponte Nova
<b>IDH (2010)</b>	0,664	0,624	0,625	0,709	0,654	0,717
<b>PIB per capita (2018)</b>	16.545,87	11.615,51	10.909,02	16.333,65	11.308,70	27.739,09
<b>Número de habitantes (estimativa para 2020)</b>	2.620	5.015	4.725	5.232	2.606	59.875

Apesar dos indicadores baixos e recursos escassos, característicos dos pequenos municípios da Bacia do Piranga, a gestão de Rio Doce consegue avançar. Há, por exemplo, uma infraestrutura capaz de favorecer a qualidade de vida da população e oferecer o acesso a diferentes atividades [Quadro 3].

QUADRO 3 - Infraestrutura do município de Rio Doce-MG.

Fonte: Acervo dos autores, produzido com dados do IBGE e de informações obtidas em pesquisas de campo...

Agência bancária	Estabelecimentos de saúde	Centro comunitário	Biblioteca	Centro cultural	Esgotamento sanitário adequado
1	2	1	1	1	74,2%

Outra pauta constantemente tratada em Rio Doce é a questão habitacional. Em relação a isso, Rio Doce possui, há anos, políticas para a solução do déficit qualitativo – déficit por reposição de estoque – e para o déficit quantitativo – déficit por incremento de estoque (CF BRASIL 1988 apud CARMO et al., 2011). As soluções adotadas para o município envolvem contratação de programas habitacionais disponibilizados pelo Governo Federal, produção de lotes urbanizados, reformas e construção de moradias com recursos advindos do FPM (Fundo de Participação dos Municípios). Além disso, há parcerias com o setor privado para a obtenção de recursos (CARMO et al., 2011). Isso mostra que a busca por soluções que possam promover o desenvolvimento municipal passa por diferentes setores da administração municipal.

Dentre as estratégias de gestão adotadas em Rio Doce, é importante ressaltar também sua estrutura organizacional, que conta com um departamento de técnicos das áreas de arquitetura e engenharia. Essa equipe auxilia no enfrentamento das questões urbanas do local, de forma a direcionar a tomada de decisões. Isso é um fator positivo, uma vez que o número de habitantes e a extensão territorial não são diretamente relacionados aos problemas urbanos.

Ainda buscando entender os fatores que são determinantes para o desenvolvimento municipal em Rio Doce e realizando estudos sobre o tema, chegou-se ao termo “cooperação intermunicipal”. Ângela Maria Endlich (2018) afirma que as cooperações intermunicipais contribuem com as políticas públicas: “elas podem viabilizar não só os serviços básicos, como podem contribuir para propiciar atividades culturais, roteiros turísticos em comum, acesso a redes de tecnologia de modo geral, entre tantas possibilidades” (2018, p. 110). Isso despertou o interesse em identificar ações nesse sentido em Rio Doce. Uma delas é a participação em consórcios regionais, que estão descritos no Quadro [4].

2 IDH: Índice de Desenvolvimento Humano.

3 PIB: Produto Interno Bruto.

QUADRO 4 - Consórcios dos quais Rio Doce-MG faz parte.

Fonte: Acervo dos autores (2020), elaborado a partir de dados dos sites de cada órgão.

<b>CISAMAPI</b>	Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga. Está sediado em Ponte Nova e tem 21 municípios consorciados. Foi criado em 1995, para superar problemas da área de saúde, que dificilmente seriam superados individualmente pelos municípios. Os prefeitos uniram-se, a fim de garantir o direito à saúde e aos serviços relacionados ao assunto. Dentre os benefícios, pode-se citar a redução da necessidade de aquisição de equipamentos especializados pelos municípios e melhor utilização dos recursos humanos, o que permite a população não precisar se deslocar para grandes centros.
<b>CIMVALPI</b>	Consórcio Intermunicipal <u>Multissetorial</u> do Vale do Piranga. Tem 45 municípios consorciados. Foi criado em 2013 para atender às demandas dos municípios do Vale do Piranga. Sua atuação principal está ligada à iluminação pública, incluindo serviços de manutenção preventiva e corretiva de iluminação pública, <u>call center</u> , <u>softwares</u> de monitoramento e de gestão, além de fiscalização por engenheiro elétrico. Desde julho de 2014, oferece também serviço de coleta, transporte e destinação final dos resíduos dos serviços de saúde, com um custo 50% reduzido. Isso acontece porque o maior número de municípios envolvidos atrai mais participantes para os pregões, de forma a conseguir preços menores em serviços e produtos. Além disso, o consórcio busca administrar recursos públicos municipais, captar recursos de outros entes da federação e realizar compras compartilhadas de produtos e serviços. Há algumas demandas por parte dos municípios consorciados, como a implantação do SIM (Serviço de Inspeção Municipal), que permite a comercialização dos produtos inspecionados em todo território nacional e que garante a segurança alimentar; o licenciamento ambiental regional; e a revitalização da linha férrea regional.
<b>CISAB</b>	Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Zona da Mata de Minas Gerais. Tem 32 municípios consorciados. Foi criado em 2008, com o objetivo de prestar serviços de saneamento básico, que se efetivam com capacitação técnica do pessoal dos municípios, ou na forma de auxílio na execução de tarefas.

Além dos consórcios regionais, a localização de Rio Doce faz com que o município possa estar incluso nas políticas de alguns órgãos das esferas federal, estadual e regional [Quadro 5].

QUADRO 5 - Órgãos que atuam em Rio Doce – MG.

Fonte: Acervo dos autores, elaborado a partir de dados dos sites de cada órgão.

<b>Esfera federal</b>	<b>Ministério do Desenvolvimento Regional</b>	Criado em 2019, com o intuito de integrar numa só pasta as políticas públicas de infraestrutura urbana e de promoção do desenvolvimento regional.
<b>Esfera estadual</b>	<b>Assembleia Legislativa de Minas Gerais</b>	Formada por 77 deputados, eleitos para mandato de quatro anos. Dentre as comissões, há uma chamada “Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização”, formada por dez deputados, que analisa proposições e assuntos relacionados com o desenvolvimento urbano e regional
	<b>Associação Mineira de Municípios</b>	Fundada em 1952, com sua sede estabelecida em Belo Horizonte-MG. A AMM busca o fortalecimento dos municípios mineiros e o consequente desenvolvimento de Minas Gerais. Busca mais autonomia para os municípios. Dentre suas ações, disponibiliza aos gestores propostas, programas e projetos estruturantes, que auxiliam no aumento da produtividade e na geração de emprego e renda.
	<b>Secretaria Extraordinária de Desenvolvimento Integrado e Fóruns Regionais</b>	Estabelecida em Belo Horizonte-MG, busca desenvolver a economia mineira, planejando, organizando, coordenando, executando, controlando e avaliando ações setoriais que ficam a cargo do Estado (relativas ao desenvolvimento integrado das regiões, fomento e desenvolvimento das potencialidades regionais, desenvolvimento de arranjos produtivos, governança e execução dos Fóruns Regionais de Governo.
<b>Esfera regional</b>	<b>Circuito Serras de Minas</b>	Criado em 2002 e tem sede em Viçosa – MG. Tem o objetivo de fortalecer o turismo regional, atraindo investimentos dos setores público e privado. Isso é feito a fim de promover maior integração entre os municípios, de forma a fortalecer uma identidade regional. Dos municípios estudados, três fazem parte do circuito (Acaiaca, Barra Longa e Rio Doce).
	<b>Fundação Estrada Real</b>	É a maior rota turística do país, com 1.630 quilômetros de extensão. Passa por Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Das cidades deste estudo, abrange Acaiaca, Barra Longa e Diogo de Vasconcelos. Atua de forma a resgatar as tradições da rota e valorizar a identidade da região. Sua origem é de meados do século XVII, quando os caminhos nos quais circulavam ouro e diamantes foram oficializados. Os caminhos que foram delegados pela realeza ganharam o nome de Estrada Real.
	<b>Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piranga</b>	No total, abrange 77 municípios, sendo que, destes, 62 têm sede na bacia. Foi criado em 2002 e tem o dever de promover a gestão participativa das águas. Dentre seus principais objetivos para a bacia, estão a promoção de programas e políticas ligados à preservação, recuperação e ao desenvolvimento sustentável. Tem caráter normativo e deliberativo.
	<b>Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Rio Piranga</b>	No total, são 28 municípios abrangidos. Tem como objetivo solucionar problemas comuns nas áreas administrativa, econômica, social e físico-territorial dos municípios associados. Sua missão é fomentar o associativismo, de forma a promover, coordenar e apoiar ações que visem o desenvolvimento desses municípios.

Apesar da existência desses órgãos, ainda há dificuldades para sua atuação. Algumas dessas dificuldades são o reduzido número de funcionários e a definição clara de suas funções. Enquanto isso os municípios, cada vez mais autônomos (ou, em outra visão, sobrecarregados), não conseguem praticar o planejamento urbano, por falta de recursos técnicos, financeiros, dentre outros.

Além dessas e outras dificuldades, comuns aos pequenos municípios, em 2015, o município de Rio Doce começou a enfrentar dificuldades devido ao rompimento da barragem de Fundão, da mineradora Samarco. Os rejeitos de minério atingiram o município, sendo que grande parte desses resíduos ficou retida na Usina Hidrelétrica Risoleta Neves (antes, Usina de Candonga), localizada no município de Rio Doce, cujo trecho afetado fica, aproximadamente, a 110 km do local de rompimento de Fundão. A Usina Risoleta Neves [Figura 7]<sup>4</sup> reteve grande parte dos rejeitos de minério, o que fez com que houvesse interrupção na geração de energia elétrica e no pagamento dos royalties da produção. Além disso, o processo de recuperação do desastre modificou a dinâmica do município, uma vez que este passou a abrigar trabalhadores e máquinas de diversos lugares.



.FIGURA 7 - Usina Hidrelétrica Risoleta Neves, entre os municípios de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, após o rompimento da Barragem de Fundão.

Fonte: Site do IBAMA, 2016.

Levando em consideração os fatores citados, inclusive com as dificuldades, as soluções encontradas para o desenvolvimento municipal e a resolução de problemas urbanos em Rio Doce, houve a necessidade de entender a situação, a partir do ponto de vista de alguém ligado diretamente à gestão do município. Sendo assim, a entrevista foi realizada com um ex-prefeito, que esteve no cargo por dois mandatos consecutivos<sup>5</sup>. Além disso, ele está relacionado a projetos que envolvem associativismo municipal<sup>6</sup> e tem planos de ações relacionadas ao tema<sup>7</sup>, capazes de beneficiar vários municípios da região. Para isso, realizou-se uma entrevista semiestruturada. Essa entrevista foi fundamental para as principais constatações deste trabalho.

Durante a entrevista, foi questionado sobre as principais dificuldades que o município enfrenta em relação ao planejamento e à gestão urbana. O entrevistado citou o obstáculo da participação popular.

<sup>4</sup> Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/component/tags/tag/barragem-do-fundao>. Acesso em: 16 fev. 2021.

<sup>5</sup> Os mandatos que o ex-prefeito esteve no cargo abrangem os anos de 2013-2016 e 2017-2020.

<sup>6</sup> O ex-prefeito foi presidente do consórcio intermunicipal de saúde da microrregião do Vale do Piranga.

<sup>7</sup> Um dos planos está relacionado ao tratamento de resíduos sólidos na região.

*[Sic] Um dos pontos principais é fazer as pessoas entenderem a importância de investimentos nessas áreas. Muitas vezes os vereadores, os munícipes de modo geral, não entendem os investimentos devido ao desconhecimento. O investimento para fazer, por exemplo, um Plano Diretor bom, consistente, não é barato. Então, justificar esse gasto nem sempre é fácil. Muitas vezes, as pessoas só cobram e não participam. Apesar disso, a maioria da comunidade participa, debate... Participam, por exemplo, de Seminários de Saúde e Educação. De 2013 a 2014, a gente teve um problema de abastecimento de água, quando estabelecemos um planejamento junto à comunidade que surtiu efeitos positivos.*

Foi ressaltada a importância da conscientização da população, (incluindo pessoas ligadas à gestão dos municípios) em relação ao planejamento urbano. O entrevistado alegou que a falta de conhecimento acerca do assunto é o principal problema enfrentado no município em que vive. Essa falta de conhecimento contribui para que o planejamento urbano seja tratado com negligência e faz com que as pessoas que entendem tal importância fiquem sem apoio para exercer seu trabalho.

*[Sic] Para mim esse é o maior gargalo: formação, qualificação de pessoas. No último governo de Minas Gerais, foi oferecido um curso através da SECIR. O pessoal daqui foi no curso sobre planos diretores e ficaram maravilhados, mas não tinha como colocar em prática. Hoje o pessoal tem o conhecimento. Nosso município tem um recurso próprio para o plano diretor, mas e o município que não tem? Falta canais para viabilizar a implementação das políticas que vêm da união. Para Minas Gerais, que tem grandes dimensões, a SECIR é muito importante. Hoje não se tem uma organização dentro do estado para pensar na organização territorial. As pessoas do governo estão perdidas, e vão acabar com algo que é tão importante para o estado de Minas Gerais. A quem as pessoas vão reportar para conseguir certo tipo de informações? Eu acho que esse é mais um entrave.*

Além disso, o entrevistado citou a necessidade do planejamento, a fim de evitar problemas futuros. Contrariando o que acontece na maioria dos pequenos municípios mineiros, Rio Doce apresentou uma equipe técnica formada por engenheiros e arquitetos. É uma equipe relativamente grande, devido às demandas do município, que tem 2.465 habitantes. O entrevistado explicou:

*[Sic] A gente tem uma situação atípica para municípios de pequeno porte. [...] temos hoje cinco engenheiros, um arquiteto, um estagiário e uma consultoria. Isso nos possibilita traçar um planejamento, elaborar projetos importantes para o município, e também resolver questões de cunho imediato. A gente tem uma estrutura que funciona bem. Ela deve ser aprimorada, mas tem nos atendido muito bem, desde a aprovação de projetos até o apoio de famílias carentes que não podem elaborar projetos, uma vez que facilita nosso trabalho. A gente tem ainda um fiscal, que é suficiente para o nosso município.*

Em relação aos recursos financeiros, motivo de limitação em muitas pequenas cidades, o entrevistado citou a questão da organização:

*[Sic] A questão de recursos é uma questão de organização, de priorização. Você tem que ponderar se é melhor ter um quadro com pessoas que te deem segurança na tomada de decisões ou se é melhor fazer uma festa, por exemplo. Com o dinheiro de uma festa você paga todos os funcionários e ainda sobra dinheiro.*

Questionado sobre o subsídio que é oferecido ao município, pelos governos federal e estadual para o cumprimento das demandas de planejamento urbano, o entrevistado salientou que é necessária uma boa organização pública:

*[Sic] O Governo Federal estabelece muitas normativas, que permitem ser burladas e interpretadas do jeito que as pessoas querem. Muitas vezes, não são oferecidas condições para que os municípios pequenos cumpram a legislação. Por exemplo: em relação aos planos de mobilidade urbana, planos de saneamento, planos diretores... Não querem saber em que condições os municípios vão cumprir isso. Um plano diretor demanda investimento. O nosso terá um custo em torno de um milhão de reais, mas é um plano tecnológico, e não de gaveta. Ele estará nos computadores, nos smartphones, de fácil acesso. Para mudar essa situação, precisaria de uma boa organização pública, mas tem que dar condições para que o município coloque isso em prática.*

Sobre a possibilidade de os municípios desenvolverem formas de cooperação, de forma a otimizar recursos, o entrevistado sugeriu que é importante o trabalho conjunto.

*[Sic] Uma coisa importante é que o futuro dos municípios passa por relações com outros municípios, que são adquiridas através do consórcio público. Já existem várias recomendações por parte do Ministério Público para que se atue de forma consorciada nas mais diversas áreas. Nós temos um ganho econômico enorme para aquisição de material hidráulico, dentre outras coisas. A compra compartilhada de medicamentos, através do CISAMAPI, solucionou um problema que o Estado não conseguia resolver. Ganhamos tanto em bons fornecedores quanto em preço e qualidade. O CIMVALPI, dentro de alguns anos, será um diferencial em Minas Gerais e no Brasil inteiro. Ele já faz a parte de iluminação pública, resíduos sólidos de saúde, e estamos avançando muito na área dos demais resíduos sólidos. Já está atuando de forma a solucionar problemas imediatos, mas também está trabalhando para traçar um planejamento intermunicipal para os municípios, de forma a dar uma solução definitiva para os resíduos sólidos, além de outras ações, como a questão do menor infrator.*

O entrevistado ainda citou os benefícios dos consórcios para o desenvolvimento dos municípios, de forma que possam cooperar entre si.

*[Sic] Quando os municípios menores podem estar trabalhando de forma conjunta (tanto os menores quanto os médios), tem-se um ganho enorme. Eu vejo que a gente tem questões relevantes (ou prioritárias). Passa por questões de saúde, educação (já passou da hora de sair do casaco do estado e ter um modelo próprio de ensino, levando em consideração os aspectos do município). As questões de saúde são prioritárias e precisam ser bem atendidas, mas existem outras questões que devem ser tratadas de forma conjunta, como o turismo. Se a gente consegue montar um sistema intermunicipal de turismo, potencializa nossa região no todo. Entretanto, há muitas diferenças no modo de vida que devem ser levadas em consideração. Quando os problemas são os mesmos nos lugares em questão é mais fácil chegar em um acordo.*

Um exemplo de consórcio que funciona bem na região foi citado ao longo da entrevista: o consórcio de saúde.

*[Sic] A gente tem tratado os consórcios relacionados a saúde como um exemplo bom. Os serviços de urgência e emergência são obrigações do município. Hoje o consórcio gerencia os serviços de urgência e emergência. Para solucionar essa questão, só aqui no município, teria uma despesa entre trinta e quarenta mil reais por mês. Com o consórcio, paga-se seis mil reais por mês, e o atendimento é muito melhor, pois já tem toda equipe disponível, com suas especializações. Independente do grau, a pessoa já chega num centro especializado. Quando analisamos o CIMVALPI (multifinalitário), além de tratar de questões educacionais, ele trata da questão dos resíduos sólidos. Com isso, é pensado o desenvolvimento regional. A questão do resíduo sólido e*

**interessante, porque tem vários investidores querendo trabalhar nisso. Isso traz renda, emprego. É investimento, e não custo. Teria um investimento inicial, mas teria retorno (emprego e renda).**

O mesmo entrevistado ainda ressalta os benefícios dos consórcios, principalmente em relação a aspectos financeiros.

*[Sic] É obrigação do município oferecer um local para esses menores em situação de risco. Porém, para um município se organizar sozinho para esse fim é muito oneroso. Se o local atender uma ou dez pessoas, o custo é o mesmo. Hoje o consórcio gerencia a Casa Abrigo. Em mais noventa dias, devemos ter mais três Casas Abrigo. O CIMVALPI ainda trabalha com a questão da violência contra a mulher, que é tratada em parceria com Viçosa. Já o CISAB é um elo importante para os municípios, na análise físico-química da água e esgotamento sanitário. Atua na questão de regulamentação do sistema, na cobrança de água, dentre outras coisas. Isso mostra que os consórcios têm atuado de forma a melhorar a administração pública.*

O entrevistado demonstrou acreditar no planejamento intermunicipal como alternativa para o desenvolvimento das pequenas cidades da região.

*[Sic] A existência de consórcios na nossa região (onde os consórcios têm sido bem geridos) é uma prova de que os pequenos municípios devem se integrar. Os problemas são todos comuns. Quando você consegue unir esforços e canalizar informações, canalizar forças, a gente ganha em questões de recursos (investir menos recursos para uma mesma solução), além de conseguir melhores condições, melhores profissionais e empresas (não é necessário nivelar por baixo). Exemplo: se fôssemos contratar uma empresa para manutenção da iluminação pública, gastaríamos algo em torno de quinze reais por ponto de manutenção. Quando os municípios menores se juntam num consórcio, conseguimos reduzir esse valor para cinco reais.*

Considerando o que foi exposto na entrevista e associado ao que foi pesquisado sobre o tema na revisão bibliográfica, foi possível identificar algumas estratégias utilizadas na gestão e no planejamento territorial de Rio Doce e que podem ser aplicadas em outras pequenas cidades. É preciso considerar o que já foi exposto neste estudo – que o trabalho se iniciou com pesquisas sobre pequenas cidades da Bacia Hidrográfica do Rio Piranga e, dentre as cidades estudadas, Rio Doce foi a que se destacou em relação ao assunto. Algumas das estratégias identificadas em Rio Doce estão listadas a seguir:

- investimentos em capacitação da equipe de trabalho dos diferentes setores da administração municipal;
- formulação e aplicação de legislação com potencial para auxiliar no planejamento e gestão urbanos, incluindo sua disponibilização para consulta pela população;
- sólida estrutura organizacional da prefeitura, baseada nos devidos critérios para o cumprimento das atividades necessárias para o desenvolvimento local;
- valorização da cultura local;
- adoção de estratégias de associativismo com as prefeituras dos municípios vizinhos, como os consórcios;
- incentivo à participação popular nas decisões que influem na vida social do município.

As estratégias aqui apresentadas podem auxiliar no estudo de outras pequenas cidades. É importante que a equipe técnica de cada uma delas, contando com o suporte político, estude, elabore e aplique políticas urbanas adequadas ao seu território, considerando seu potencial e suas limitações.

## Considerações finais

Diante dos estudos que tratam de municípios de pequeno porte demográfico é possível constatar que estes necessitam de mais investimentos em planejamento e gestão urbana. Apesar do pequeno número de habitantes, os problemas urbanos são relevantes e desencadeiam uma série de problemas sociais e econômicos.

No caso específico de Rio Doce, há bons resultados de desenvolvimento urbano, social e econômico que estão ligados a boas práticas de planejamento e de gestão há vários anos, sem interrupção. O entendimento e a divulgação dessas práticas são importantes, pois podem servir como exemplo para que outras pequenas cidades possam desenvolver ações que se adequem a sua realidade.

Nesse sentido, a entrevista realizada possibilitou o entendimento das questões relacionadas à gestão e ao planejamento urbano de Rio Doce. Essas informações permitiram interpretar os dados obtidos em pesquisas documentais e compreender a dinâmica que sustenta as ações bem-sucedidas do município. Além disso, a confirmação de que o planejamento intermunicipal é uma alternativa necessária, e de que já existem ações nesse sentido, reafirmam a necessidade de mais estudos e mais ações sobre esse assunto.

Alguns pontos que balizam a conduta da gestão de Rio Doce e que merecem destaque são: a participação popular no processo de decisão das ações; a formação de novas lideranças com visão de planejamento e gestão; a ação de um órgão de fiscalização e a comunicação entre os setores da prefeitura. Além disso, destaca-se a capacitação técnica, para que os gestores das cidades com interesses comuns possam trabalhar em conjunto, com vistas à cooperação intermunicipal, em prol do desenvolvimento regional.

Sendo assim, os pontos que balizam a gestão de Rio Doce podem servir de direcionamento para outras pequenas cidades que tenham interesse em melhorar em aspectos territoriais, sociais e econômicos. Para que isso seja possível, é preciso que haja troca de experiências entre profissionais e entidades. Dentre as possibilidades, destaca-se a promoção de eventos regionais para capacitação e troca de experiências.

Além disso, é importante ressaltar os bons resultados obtidos com consórcios em Rio Doce. Isso mostra que é necessário pensar em diferentes maneiras de ampliar o associativismo entre os municípios, de acordo com as necessidades de cada um, uma vez que existem diferentes carências e potencialidades. Ações desse tipo podem servir como alternativa para alguns problemas como, por exemplo, a falta de recursos financeiros.

Os investimentos em educação em Rio Doce também devem servir de exemplo. Esses investimentos são capazes de formar novas lideranças, com melhor capacidade técnica e com potencial para participar ativamente dos processos decisivos do município.

As ações que podem cooperar para o desenvolvimento urbano, econômico e financeiro das pequenas cidades não estão todas contempladas neste texto, sendo necessário aprofundar mais sobre o tema em outros estudos. É importante que o tema seja debatido constantemente, uma vez que esses locais estão sujeitos a problemas que colocam em risco os direitos básicos relacionados à qualidade de vida dos seus habitantes.



## Referências

- ARAGÃO, João Paulo Gomes de Vasconcelos; SOUZA, Caroline Oliveira Porto. Reflexões sobre o desenvolvimento em cidades pequenas: o caso de Esperança, estado da Paraíba. **Revista Principia** – Divulgação Científica e Tecnológica do IFPB, [S.l.], n. 33, p. 85-98, mai. 2017.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2020. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>. Acesso em: 25 fev. 2021.
- BACELAR, Winston Kleiber de Almeida. Análise da pequena cidade sob o ponto de vista político-administrativo. In: SEI (Org.). **Cidades médias e pequenas: contradições, mudanças e permanência nos espaços urbanos**. Salvador, [s.n.], p. 81-102, 2012.
- CARMO, Riane Ricelli do; CARVALHO, Aline Werneck Barbosa de; GOMES, Elaine Cavalcante; FAGUNDES, Ana Carla de Almeida. Uma reflexão sobre a inserção urbana da habitação de interesse social a partir da experiência do município de Rio Doce, MG. In: **Anais do Encontro Nacional da ANPUR**. Rio de Janeiro: ANPUR, 2011.
- CORRÊA, Roberto Lobato. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP**. Revista da Pós-Graduação em Geografia, FFLCH/USP. São Paulo, n. 30, p. 05-12, 2011<sup>a</sup>.
- ENDLICH, Ângela Maria. Cooperações intermunicipais em áreas não metropolitanas. **Redes**. Santa Cruz do Sul, v. 23, n. 3, p.95-116, 2018.
- \_\_\_\_\_. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**. São Paulo: UNESP, 2006.
- FRESCA, Tânia Maria. Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias. **Mercator**, Fortaleza, v. 9, n. 20, p. 75-81, 2010.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
- \_\_\_\_\_. **Conheça Cidades e Estados do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
- LACERDA, Mitsi Pinheiro de. A pesquisa em cidades pequenas. In: **Currículo sem Fronteiras**, S.I., v.16, n.1, p.78-98, 2016.
- MOREIRA JUNIOR, Orlando. Cidades pequenas: territórios da exclusão? In: XIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL. Florianópolis, **Anais XIII Enanpur**, 2009.
- SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade: ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- SOUZA, Marcelo Lopes. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.
- SPOSITO, Eliseu Savério; JURADO DA SILVA, Paulo Fernando. **Cidades Pequenas: perspectivas teóricas e transformações socioespaciais**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

### RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL E DIREITOS AUTORAIS

A responsabilidade da correção normativa e gramatical do texto é de inteira responsabilidade do autor. As opiniões pessoais emitidas pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade, tendo cabido aos pareceristas julgar o mérito das temáticas abordadas. Todos os artigos possuem imagens cujos direitos de publicidade e veiculação estão sob responsabilidade de gerência do autor, salvo o direito de veiculação de imagens públicas com mais de 70 anos de divulgação, isentas de reivindicação de direitos de acordo com art. 44 da Lei do Direito Autoral/1998: “O prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre obras audiovisuais e fotográficas será de setenta anos, a contar de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua divulgação”.

O **CADERNOS PROARQ (ISSN 2675-0392)** é um periódico científico sem fins lucrativos que tem o objetivo de contribuir com a construção do conhecimento nas áreas de Arquitetura e Urbanismo e afins, constituindo-se uma fonte de pesquisa acadêmica. Por não serem vendidos e permanecerem disponíveis de forma online a todos os pesquisadores interessados, os artigos devem ser sempre referenciados adequadamente, de modo a não infringir com a Lei de Direitos Autorais.

**Submetido em 06/04/2021**

**Aprovado em 27/08/2021**